

Uma força expedicionária do Exército Brasileiro

Gustavo Monteiro Muniz Costa¹

1 Introdução

1.1 Contextualização

Um dos objetivos da política externa brasileira é a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O envio de contingentes de forças de paz ao Haiti e o aumento do número de observadores militares em missões diversas da ONU servem de subsídio para o pleito brasileiro nas tratativas de se buscar uma reforma naquele órgão (DIAS, 2014).

Em contrapartida, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança não se configuraram em fornecedores de tropas para missões de paz, mas se destacam pela sua capacidade dissuasória de lançarem forças expedicionárias em diferentes locais do globo num curto prazo, como as tropas norte-americanas no Haiti em 2004 — antecedendo a própria missão que hoje lá atua —, tropas inglesas no Afeganistão em 2002, francesas em Mali em 2012 e russas na Crimeia, em 2014.

A Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012) estabelece que o Exército deve-

rá ter capacidade de projeção de poder, constituindo uma força, quer expedicionária, quer para ajuda humanitária, ou ainda para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais, bem como salvaguardar interesses brasileiros no exterior, o que é ratificado pelo Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) e pelo recente manual da Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2014a).

O envio do 1º contingente do Batalhão de Força de Paz ao Haiti em 2004, bem como em 2010 após o terremoto que assolou aquele país, gerou a necessidade de mobiliá-los com pessoal e material de diferentes comandos militares de área, o que se traduziu em lições aprendidas e oportunidades de melhoria na capacitação de tropas para o pronto emprego.

Atualmente, a Estratégia Nacional de Defesa estabelece que o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil consolidar-se-á como a Força expedicionária de caráter expedicionário por excelência (BRASIL, 2012). Esse documento estratégico não faz qualquer menção ao emprego conjunto das três Forças Armadas, o que certamente, em uma operação em território estrangeiro, de-

¹ Major de Cavalaria (AMAN/1999) e aluno do 2º ano do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME. Serviu no 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista. Desempenhou a função de observador militar das Nações Unidas no Sudão.

mandaria não apenas no nível de coordenação, mas de operações conjuntas.

O Manual de Operações do Exército Brasileiro (BRASIL, 2014b) adota como conceito operativo as operações no amplo espectro, que são constituídas por operações ofensivas, defensivas, de pacificação e interagências. Embora força expedicionária e força de paz possuam missões e características distintas, as tropas capacitadas para atuar com caráter expedicionário no amplo espectro podem participar de operações de paz e de segurança internacional, mas o inverso não se aplica. Exemplo dessa situação foi Força de Intervenção Multinacional enviada ao Haiti em 2004, que antecedeu a atual missão da ONU, da qual tomou parte o contingente norte-americano que estava sendo adestrado para operar no Afeganistão (BRASIL, 2015a).

A NATO Response Force (Resposta da Organização do Tratado do Atlântico Norte) se baseia nessa capacidade de ser empregada em território estrangeiro, tanto em operações convencionais ofensivas quanto em ajudas humanitárias diante de catástrofes naturais, comprovando que uma força expedicionária deve ser apta a ser empregada no amplo espectro e não exclusivamente em operações afins a missões de paz (OTAN, 2015).

Atualmente, o constante emprego do Exército em operações de apoio a órgãos governamentais, operações de garantia da lei e da ordem e a missão de paz no Haiti, somados à estabilidade regional do continente sul-americano, aumentaram o foco na preparação da tropa para missões que não envolvem operações ofensivas ou defensivas convencionais.

Porém, as recentes conquistas territoriais do Estado Islâmico no Iraque e na Síria, utilizando equipamentos militares como carros de combate e obuseiros bem como os combates entre as tropas das Nações Unidas e rebeldes na Missão de Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) confirmam a necessidade de as forças terrestres estarem inteiramente aptas a realizar operações ofensivas e defensivas tradicionais ou inseridas no amplo espectro.

Embora o combate de baixa intensidade ainda predomine nos conflitos armados pelo mundo, a atuação de uma força expedicionária exigirá capacidades específicas para enfrentar forças irregulares e uma integração das Funções de Combate orientadas para tal fim. Conforme o manual de Operações do Exército (BRASIL, 2014b), essas funções de combate (Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Proteção e Logística) irão compor um sistema único no Campo de Batalha, do qual dependem adestramento e preparação prévios.

A Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro possui algumas características próprias, que lhe garantem condições peculiares e distintas das demais grandes unidades do Exército, como localização geográfica, centralização de suas organizações militares (OM), proximidade da sede da Esquadra da Marinha do Brasil e da 5^a Força Aérea, alto percentual de militares do efetivo profissional, com adestramento constante em operações conjuntas e dotação de meios voltados para um rápido deslocamento.

Porém, teria a Brigada de Infantaria Paraquedista capacidade de constituir uma força expedicionária no valor de uma gran-

de unidade, executando suas missões pécipuas e ainda podendo atuar em território estrangeiro imediatamente, até que pudesse ser substituída por outro contingente militar?

1.2 Relevância do estudo

O recente manual da Doutrina Militar Terrestre do Exército (BRASIL, 2014a) elenca onze capacidades prioritárias para a Força Terrestre, entre elas, dissuasão terrestre compatível com o status do país, à projeção internacional em apoio à política exterior do país e à prontidão logística.

A Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012) determina ainda a importância para o país de dispor de poder de combate que propicie credibilidade à estratégia da dissuasão, o que evidencia a necessidade de forças estratégicas de elevada mobilidade, flexibilidade e em condições de emprego imediato.

Porém, caso fosse atribuída ao Exército Brasileiro a missão de enviar uma brigada dentro de um curto prazo a um território estrangeiro, a fim de resgatar nacionais, salvaguardar interesses brasileiros ou garantir a paz em uma nação amiga, muito provavelmente essa tropa seria constituída a partir de diferentes brigadas, resultando em problemas decorrentes da falta de laços táticos anteriores entre comandantes e subordinados, níveis de adestramento distintos e diversos óbices logísticos a serem solucionados.

Assim, este estudo busca verificar se a Brigada de Infantaria Paraquedista é capaz de constituir uma força expedicionária, compondo-a com seus próprios elementos de combate, apoio ao combate e logísticos ou recebendo um mínimo apoio externo, estan-

do ainda em condições de ser deslocada para qualquer parte do mundo, em uma semana, a partir do recebimento dos meios para deslocamento, e lá receber os suprimentos necessários para se manter no terreno até o fim dos motivos de sua atuação ou sua substituição por outro contingente militar.

1.3 Questões norteadoras

Para orientar o presente artigo, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras do estudo:

- 1) Quais são as principais características que uma força expedicionária deve ter?
- 2) A Brigada de Infantaria Paraquedista reúne os sete fatores elencados pela Doutrina Militar Terrestre (*doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura*) para que tenha a capacidade de constituir uma força expedicionária do Exército Brasileiro?

2 Conceitos

2.1 Força expedicionária

O conceito de força expedicionária refere-se a uma tropa que atuará em operações militares fora do território nacional de forma isolada ou em um ambiente multinacional. A constituição dessa força é um requisito essencial para que se tenha projeção de poder, conforme preconizado pela Estratégia Nacional de Defesa.

A Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007a) estabelece que o Exército Brasileiro será inserido no Comando Operacional Conjunto com uma Força Terrestre Componente (FTC), a qual possui organização e constituição variáveis, podendo receber efe-

tivos de valor batalhão a divisão de exército, admitindo-se que seu valor mínimo será de uma brigada.

A brigada no Exército Brasileiro constitui-se no módulo básico de emprego da Força Terrestre, pois possui, dentro da sua própria organização, os meios de combate, apoio ao combate e logísticos (BRASIL, 2014c).

Portanto, baseado nos conceitos apresentados, infere-se que uma força expedicionária deve ser constituída a partir de uma brigada e dentro da mesma modularidade de uma Força Terrestre Componente, de acordo com a missão a lhe ser atribuída e observando-se que poderá ser inserida em uma força multinacional.

2.2 Força de paz

As forças de paz são tropas militares inseridas em operações de paz, com constituição variável e mandato específico dentro de uma missão de manutenção ou imposição da paz, podendo ser empregada sob a égide da ONU ou de alguma outra organização internacional (BRASIL, 2007b).

2.3 Capacidades

Capacidade é a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. Conforme o manual da Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2014a), o Exército Brasileiro realiza seu preparo baseado em capacidades, entre as quais elenca como prioridade a dissuasão terrestre, a projeção internacional, a prontidão logística e a interoperabilidade com as demais Forças Singulares.

Uma capacidade poderá ainda ser decorrente do somatório de capacidades diversas de elementos subordinados ou interligados. Por exemplo, para que o Exército Brasileiro detenha a capacidade de dissuasão terrestre, esta decorrerá de outras, como artilharia de campanha capaz de engajar alvos distantes a até 300 quilômetros com mísseis terrestres ou uma grande unidade capaz de constituir com brevidade uma força expedicionária.

Todavia, ainda de acordo com o mesmo manual, para se avaliar se uma tropa possui determinada capacidade, deve-se verificar se ela reúne sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis, conhecidos pelo acrônimo DOAMEPI, junção das primeiras letras dos fatores *doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura*.

Portanto, para se definir se a Brigada de Infantaria Paraquedista tem a capacidade de constituir uma força expedicionária, devem-se verificar os seguintes fatores:

a) **Doutrina** – este fator é base para os demais, estando materializado nos produtos doutrinários, considerando a gama de missões, atividades e tarefas que essa unidade irá cumprir, em operações.

b) **Organização** – é expressa por intermédio da estrutura organizacional dos elementos de emprego da Força Terrestre. Algumas capacidades são obtidas por processos, com vistas a evitar competências redundantes, quando essas já tenham sido contempladas em outras estruturas.

c) **Adestramento** – compreende as atividades de preparo, obedecendo a programas e ciclos específicos, incluindo a utilização

de simulação em todas as suas modalidades: virtual, construtiva e viva.

d) **Material** – compreende todos os materiais e sistemas para uso e emprego militar. É expresso pelo quadro de distribuição de material dos elementos de emprego e inclui as necessidades decorrentes da permanência e sustentação das funcionalidades desses materiais e sistemas.

e) **Educação** – essa competência deve ser entendida como a aptidão de mobilizar, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências, para decidir e atuar em situações diversas. Dentre essas competências, ressalta-se o desenvolvimento da liderança militar, fator fundamental na geração das capacidades.

f) **Pessoal** – abrange todas as atividades relacionadas aos integrantes da força, nas funcionalidades: plano de carreira, movimentação, dotação e preenchimento de cargos, serviço militar, higiene física, avaliação, valorização profissional e moral.

g) **Infraestrutura** – engloba todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte à utilização e ao preparo dos elementos de emprego, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento a requisitos de exercício funcional.

2.4 Operações no amplo espectro

Atualmente, *operações no amplo espectro* é um conceito operativo que entende a atuação da Força Terrestre como ações destinadas a obter e manter objetivos militares. Elas ocorrem mediante a combinação de operações ofensivas, defensivas, de pacifica-

ção e de apoio a órgãos governamentais, simultâneas ou sucessivas, tanto em situações de guerra quanto de não guerra (BRASIL, 2014a).

2.5 Guerra ou conflito armado

O manual da Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007a) estabelece diversas divisões e tipificações para guerra ou conflito armado, uma vez que não há unanimidade quanto à classificação dessas. Elas são definidas quanto às forças empregadas, à amplitude geográfica, ao grau de engajamento do poder nacional e ao poder relativo e nacionalidade dos contentores. Observa-se que, nas últimas décadas, houve uma predominância nas guerras irregulares, nas quais o conflito armado é travado por forças não-regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas. Esse tipo de guerra divide-se em *guerra insurrecional*, *guerra revolucionária* e *guerra de resistência*.

2.6 Mobilidade estratégica

A mobilidade estratégica é a aptidão de chegar rapidamente à região de conflito, reforçada pela mobilidade tática e a capacidade de se mover dentro daquela região, sendo uma das bases do poder de combate das Forças Armadas (BRASIL, 2012).

Observa-se que o deslocamento estratégico para o teatro de operações não deve ser uma capacidade inerente à força expediçãoária, uma vez que pode ser obtida a partir de apoio da Marinha do Brasil, Força Aérea, empresas civis contratadas, nação

amiga ou outra organização multinacional.

Um exemplo foi o emprego das tropas francesas no Mali em 2012. Embora a França seja o país responsável pela capacidade de deslocamento estratégico das tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a força expedicionária destacada para operar no Mali chegou àquele país por meio da contratação de aeronaves civis da empresa Airbus (SASSONE, 2014).

3 Desenvolvimento

3.1 O Exército Brasileiro na Missão de Paz no Haiti

Em 29 de fevereiro de 2004, após um agravamento de conflitos armados no Haiti, o então presidente Jean-Bertrand Aristide renunciou ao cargo, aumentando a instabilidade no país. Imediatamente, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o envio de uma Força de Intervenção Multinacional ao país caribenho, constituída por tropas dos Estados Unidos da América (EUA), Canadá e França. A tropa norte-americana estava em término de preparação para ser empregada no Afeganistão, possuindo treinamento, composição e características de uma força expedicionária (BRASIL, 2015a).

No dia 30 de abril daquele ano, o Conselho de Segurança criou a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que teria seu mandato iniciando em 1º de junho e o contingente militar liderado pelo Brasil, o qual enviaria o efetivo aproximado de 1.200 homens, constituído por um estado-maior, um batalhão de infantaria motorizado, reforçado com um

esquadrão de cavalaria, e uma companhia de fuzileiros navais. Tal missão foi aprovada pelo Congresso Nacional em 19 de maio de 2004 (BRASIL, 2015a).

A decisão de enviar o contingente militar para o Haiti foi tomada no nível político, contudo assessorada e amparada pelo Comando do Exército Brasileiro, o qual firmou o compromisso de enviar sua tropa com seus próprios meios e equipamentos para um país onde não havia nenhuma instalação prévia da ONU capaz de prestar apoio. Essa corajosa decisão foi fundamental para identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria no aprestamento do Exército para cumprir determinada tarefa e firmou a independência do país em atuar no exterior sem apoio de outros exércitos.

Porém, para atingir esse intento, foi necessário empregar diversos comandos militares de área para apoiar o Comando Militar do Sul, mobiliando-o com pessoal e material que iriam constituir o Batalhão de Força de Paz. Foi necessário que o então Departamento Logístico, hoje Comando Logístico (COLog), centralizasse a reunião e manutenção de viaturas de cinco toneladas para transporte de pessoal e material, viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) e até armamentos, além de providenciar a aquisição, em caráter de urgência, de fardamentos, material de comunicações e afins.

Quanto ao pessoal, a composição do primeiro contingente militar brasileiro foi heterogênea, com militares de diferentes brigadas, os quais tiveram apenas duas semanas de adestramento conjunto antecedendo o embarque para o Haiti. Essa falta de integração resultou em um contingente com níveis

de adestramento distintos, desconhecimento dos comandantes de parte de seus subordinados e ainda em problemas disciplinares e de integração entre as frações (REIS, 2014).

Em janeiro de 2010, o Haiti foi assolado por um dos piores terremotos de sua história, estimando-se a morte de mais de 300 mil pessoas no país. O Congresso Nacional brasileiro aprovou então o envio imediato de mais um batalhão de força de paz, o BRA-BATT 2. Novamente foram vistas grandes dificuldades para a composição do efetivo e dos equipamentos necessários para mobiliar um batalhão, mesmo com o emprego de quatro comandos militares de Área. Na ocasião, novos óbices logísticos resultaram que a tropa pernoitasse em barracas de campanha e se alimentasse exclusivamente de rações R2 ao longo dos três primeiros meses (ALBUQUERQUE, 2014). Desses fatos infere-se a conveniência de se dispor de uma força expedicionária predefinida, cabendo apenas re-completá-la ou reforçá-la pontualmente com alguns itens quando acionada, mantendo-se, no entanto, seu nível de prontidão e emprego

3.2 Outras forças expedicionárias

3.2.1 O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha Do Brasil

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil é a tropa encarregada de realizar operações anfíbias em proveito do Poder Naval. Ele compõe a Força de Fuzileiros da Esquadra e os Grupamentos de Fuzileiros Navais dos diversos distritos navais pelo país (DIAS, 2014).

A Força de Fuzileiros da Esquadra é composta por uma Divisão Anfíbia, uma Tropa de Reforço, um Batalhão de Coman-

do e Apoio, um Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais e um Comando da Tropa de Desembarque, totalizando 6.800 homens, todos militares profissionais, não havendo recrutas, já que o ingresso de soldados nessa tropa se dá mediante concurso público (DIAS, 2014).

A Divisão Anfíbia, localizada no Complexo Naval da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro-RJ, possui três Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais, compostos cada um por uma Companhia de Comando e Serviço, três Companhias de Fuzileiros Navais e uma Companhia de Apoio de Fogo. Essa última, por sua vez, dispõe de seis lançadores de mísseis antacetos Mac Bill e seis peças de morteiro 81mm. A Divisão conta ainda com o Batalhão de Artilharia de Fuzileiros Navais, que possui uma bateria com seis obuseiros de 155mm, três baterias com dezoito obuseiros 105mm Light Gun e uma bateria com seis morteiros 120mm. O Batalhão de Blindados de Fuzileiros Navais possui uma companhia com trinta viaturas M-113 e uma Companhia de Carros de Combate com dezessete viaturas caça-tanques SK- 105 AS2. O Batalhão de Comando e Controle possui uma Companhia de Inteligência de Sinais e uma Companhia de Comunicações. Por fim, a Divisão Anfíbia dispõe ainda do Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea, com uma Companhia de Defesa Antiaérea com canhões Bofors 40mm e mísseis Mistral e uma Companhia de Controle Aerotático com radares Giraffe (DIAS, 2014).

A Tropa de Reforço da Força de Fuzileiros da Esquadra, localizada na Ilha das Flores, em Niterói-RJ, é composta pelo Ba-

talhão de Engenharia de Fuzileiros Navais, com um Companhia de Apoio de Engenharia e uma Companhia de Pioneiros. Dispõe ainda de um Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais, com uma Companhia de Saúde, uma Companhia de Transporte, uma Companhia de Abastecimento e uma Companhia de Manutenção. O Batalhão de Viaturas Anfíbias possui 26 viaturas blindadas anfíbias. A Tropa de Reforço dispõe ainda de uma Companhia de Apoio ao Desembarque e uma Companhia de Polícia (DIAS, 2014).

Por fim, a Força de Fuzileiros da Esquadra possui ainda um Batalhão de Operações Especiais, composto por duas companhias de Operações Especiais e uma Companhia de Comando e Serviço, localizado no Complexo Naval Guandu do Sapê, no Rio de Janeiro-RJ (DIAS, 2014).

O Corpo de Fuzileiros Navais utiliza atualmente uma estrutura modular e adequada de acordo com a missão que será cumprida, que são os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, que podem ser compostos com 800 a 2.200 militares. Baseado no mesmo conceito operativo do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, os grupamentos operativos possuem o Componente de Combate Terrestre, Componente de Combate Aéreo e o Componente de Apoio de Serviços ao Combate (BRASIL, 2013a).

O Componente de Combate Terrestre pode ser composto de uma Companhia de Fuzileiros Navais a até três batalhões; a partir dele serão definidos os efetivos dos componentes de Combate Aéreo e de Apoio de Serviços ao Combate (BRASIL, 2013a).

Do acima exposto, ressalta-se que o Corpo de Fuzileiros Navais possui um efetivo de aproximadamente 6.800 militares e prevê como capacidade de emprego imediato um efetivo de até 2.200 homens, dentro de um Grupamento Operativo mobiliado de acordo com a missão a ser cumprida.

Observa-se que a Força de Fuzileiros da Esquadra está centralizada no Rio de Janeiro, possui todo seu efetivo profissional, detém seus próprios meios de combate, apoio ao combate e logísticos e pode constituir uma força expedicionária dentro da modularidade dos grupamentos operativos, com efetivos equivalentes aos de um batalhão a até uma brigada do Exército Brasileiro (BRASIL, 2013b).

3.2.2 Força Conjunta de Reação Imediata da França

A França é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Sua capacidade expedicionária foi demonstrada no envio da Força de Intervenção Multinacional ao Haiti em 2004, antecedendo justamente a MINUSTAH. Outro conflito armado em que foi empregada sua força expedicionária foi em Mali, em 2012, quando inclusive realizou um lançamento aeroterrestre de uma companhia paraquedista naquele país africano. No Afeganistão, a França mantém ainda a Força Tarefa La Fayette, com diferentes tipos de aviões, um batalhão logístico com um hospital de campanha nível 3 e um contingente para cumprimento de missões diversas, como a formação da polícia local. Participou ainda dos ataques aéreos contra o governo de Moamar Kadaffi, na Líbia, em 2012, tendo lançado seu primeiro ataque em solo líbio apenas duas horas após a decisão presidencial, na Operação Harmattan.

Atualmente, possui contingente militar também na Síria, prestando ajuda a refugiados e deslocados naquele país, e integra a NATO Response Force (NRF - Força Resposta da OTAN, tradução nossa) no combate à pirataria no Golfo de Áden (SASSONE, 2013).

O Livro Branco francês estabelece que o país possuirá um escalão nacional de urgência de 5.000 homens em alerta, para garantir sua capacidade de reação autônoma às crises, permitindo a constituição de uma Força Conjunta de Reação Imediata de 2.300 homens. Essa força será projetável à 3.000km do território nacional ou de uma base em território estrangeiro, num intervalo de até sete dias. Antes desse período de uma semana, a França será capaz de conduzir uma ação imediata por meios aéreos (FRANÇA, 2013). A Força Conjunta de Reação Imediata será composta:

- por um Grupamento Terrestre de Armas Combinadas (1.500 homens), equipado com veículos blindados e com helicópteros;
- por um grupo naval constituído em torno de um navio de projeção e comando;
- por 10 aviões de caça e por aviões de transporte tático, de patrulha marítima e reabastecimento em voo; e
- de meios de comando e controle associados.

A França ainda é responsável pelo transporte estratégico das tropas da OTAN, já que as capacidades necessárias às tropas daquela Organização são repartidas entre os países membros, como forma de cortar gastos militares. Porém, no conflito do Mali, a

França alugou aviões comerciais civis para o envio das tropas à África, o que confirma que o deslocamento estratégico da força expedicionária não precisa ser uma capacidade inerente à própria tropa que será empregada (SASSONE, 2014).

Dessa forma, observa-se que a França escalona sua capacidade expedicionária conforme o prazo e a envergadura da missão, sendo capaz de lançar em até sete dias, a uma distância de até 3.000km, um Grupamento Terrestre de Armas Combinadas de até 1.500 homens, dentro de uma força conjunta envolvendo Exército, Marinha e Força Aérea.

3.2.3 Força Resposta da OTAN (NRF) e a Força de Resposta Imediata (IRF)

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) possui a NATO Response Force (NRF - Força de Resposta da OTAN, tradução nossa). É uma força multinacional com alto nível de preparação, composta por meios terrestres, aéreos, marítimos e de operações especiais. O emprego da NRF é uma decisão política consensual entre os 28 países membros, realizado no Conselho do Atlântico Norte (OTAN, 2015). São as seguintes missões de que a NRF pode participar:

- operações de evacuação de não combatentes;
- operações de combate ao terrorismo;
- operações de embargo; e
- operações de resposta rápida para apoiar a diplomacia.

A NRF já foi utilizada seis vezes entre 2002 e 2014, tendo sido empregada nos Jogos Olímpicos de 2004, nas eleições no Af-

ganistão, em 2004, e iraquianas, em 2006, na ajuda humanitária na esteira do furacão Katrina, em 2005, na ajuda humanitária ao Paquistão, após o terremoto em 2006, e na Líbia em 2012 (CARVALHO, 2014).

Com o lema “Qualquer missão em qualquer lugar”, a NRF possui uma composição modular, multinacional e capaz de desdobrar no terreno dentro de um prazo de cinco a trinta dias (OTAN, 2015). Ela possui todos os elementos, principalmente de apoio ao combate e logísticos que lhe permitem operar longe de suas bases.

A NRF é composta por três elementos:

- elemento de comando e controle da estrutura de comando da OTAN;
- a Immediate Response Force (IRF – Força de Resposta Imediata, tradução nossa), com cerca de 13.000 militares;
- um conjunto de forças de reação que complementam a IRF.

A Força de Resposta Imediata, por sua vez, é composta por:

- um componente terrestre, integrado por uma brigada a três Batalhões e seus elementos de apoio;
- um componente marítimo baseado no Standing NATO Marine Group (SNMG, Grupo Naval Permanente da OTAN, tradução nossa).
- um componente aéreo de combate e apoio;
- uma Força de Operações Especiais; e
- uma Força-Tarefa de Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear (DQBRN).

A NRF permanece em prontidão constante de 1º de janeiro a 31 de dezembro anu-

almente nos países de origem. O treinamento e adestramento dessa força são realizados em exercícios combinados e conjuntos nos seis meses que antecedem o ano em questão (A-1), nas suas duas sedes: Nápoles, na Itália, e Brunssum, na Holanda. O rodízio dessa força se dá anualmente entre a NRF 1 e NRF 2, que são modulares e mobiliadas de acordo com a disponibilidade dos países membros da OTAN (OTAN, 2015).

Portanto, observa-se que a tropa de reação imediata da OTAN com caráter expedicionário da OTAN é a IRF, que tem seu componente terrestre mobiliado por uma brigada com três batalhões. Para suplantar o desafio de ser mobiliada com tropas sediadas em diferentes países, essa força realiza um adestramento específico nos seis meses anteriores ao ano em que permanecerá de prontidão, a fim de evitar o emprego da tropa sem integridade tática e de comando.

3.3 As capacidades das forças expedicionárias analisadas

Da análise do Grupamento Operativo dos Fuzileiros Navais, da Força Conjunta de Reação Imediata da França e da Immediate Response Force da OTAN observam-se as seguintes características:

- operam com valor brigada ou menor, porém, nesse caso, constituídos a partir de uma tropa de valor brigada, como o Componente de Combate Terrestre de valor subunidade dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais;
- possuem seus próprios elementos de apoio ao combate e logísticos

- estão aptos a ser empregados em qualquer época do ano;
- são adestrados para o emprego em operações no amplo espectro, podendo ser utilizados tanto em operações de pacificação quanto no auxílio em calamidades naturais no exterior;
- utilizam uma estrutura modular, de acordo com a missão a ser executada;
- possuem uma constituição própria, sendo a modularidade feita a partir de seus próprios elementos, mantendo-se a integridade de comando.
- realizam adestramentos prévios como tropa integrada, não dependendo do acionamento da missão para a qual serão empregados.
- o deslocamento estratégico não é uma capacidade inerente à força expedicionária.
- as tropas expedicionárias da França e da OTAN operam de forma conjunta, havendo dentro deles os componentes terrestre, marítimo e aéreo.

3.4 A capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista constituir uma força expedicionária

3.4.1 A Brigada de Infantaria Paraquedista

A Brigada de Infantaria Paraquedista localiza-se no Rio de Janeiro-RJ, tendo quinze organizações militares subordinadas, todas localizadas numa mesma posição da Vila Militar, ao lado da Base Aérea dos Afonsos. São as seguintes organizações militares que a compõem (BRASIL, 2015):

- Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista

- 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista
- 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista
- 20º Batalhão Logístico Paraquedista
- Batalhão de Dobragem e Manutenção Paraquedas e Suprimento pelo Ar
- Companhia de Precursors Paraquedista
- Companhia de Comando
- 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista
- 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista
- 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista
- 20ª Companhia de Comunicações Paraquedista
- 36º Pelotão de Polícia do Exército Paraquedista
- Destacamento de Saúde Paraquedista

3.4.2 Fator doutrina

A tropa paraquedista caracteriza-se por ser uma tropa leve, modular e apta a ser empregada em diferentes tipos de teatro de operações. Sua doutrina clássica de emprego prevê o estabelecimento de uma cabeça de ponte aeroterrestre, aplicada em exercícios no terreno como as operações Bumerangue.

Todavia, a fim de diversificar sua doutrina de emprego, a Brigada vem realizando exercícios prevendo operações em ambientes urbanos e contra forças irregulares. A Operação Saci é um exercício anual realizado por essa brigada desde 1970, normalmente coroando o ano de instrução. Graças à evolução do combate moderno e a fim de

manter-se atualizada doutrinariamente, essa operação vem sendo realizada dentro do conceito do amplo espectro.

A Operação Saci do ano de 2012 teve como situação simulada a evacuação de nacionais em um país amigo, vítima de um grande conflito interno, a partir da exfiltração desses civis por aeroportos e portos marítimos. Já nos anos de 2013 e 2014, os cenários dos conflitos eram o combate contra forças irregulares e terroristas dentro de um ambiente urbano.

Devido ainda aos diversos eventos e incidentes ocorridos no Rio de Janeiro nos últimos anos, como a ocupação dos complexos do Alemão e da Maré, Jornada Mundial da Juventude, Conferência Rio +20, Copa das Confederações e do Mundo de Futebol e segurança das eleições de 2012, a Brigada de Infantaria Paraquedista realizou seguidos adestramentos e foi empregada em todas essas missões, habilitando-a em operações de apoio aos órgãos governamentais num ambiente interagências.

Portanto, conforme o conceito do amplo espectro, a Brigada de Infantaria Paraquedista vem sendo adestrada e empregada em missões distintas daquelas atinentes à conquista de uma cabeça de ponte aero-terrestre, estando doutrinariamente apta a operar como uma força expedicionária no contexto atual que envolve desde resgate de nacionais até o combate contra forças irregulares.

3.4.3 Fator organização

A Brigada de Infantaria Paraquedista tem a facilidade de concentrar todas as suas organizações militares subordinadas num

mesmo local, possuindo ainda uma estrutura orgânica que facilita o seu emprego modular. Atualmente ela realiza seguidos adestramentos com as Força-Tarefas Chivunk, Santos Dumont, Velame e Afonsos.

A Força-Tarefa Chivunk constitui-se em um batalhão de infantaria paraquedista, reforçado com elementos das outras organizações militares, voltado para missões de típicas de garantia da lei e da ordem. As demais forças-tarefas, também no valor batalhão, são preparadas e mobiliadas para o combate convencional. Essas tropas têm um efetivo aproximado de novecentos homens, em que as organizações de valor unidade apóiam a força-tarefa com uma companhia, e as demais, de nível subunidade, apóiam com tropas valor pelotão, estando constantemente aptas a deslocar-se para qualquer parte do território nacional em menos de 24 horas.

Ademais, a organização dessa grande unidade é completa em todas as funções de combate, pois as quinze organizações militares subordinadas já elencadas são responsáveis por executar o comando e controle, movimento e manobra, proteção, mobilidade, logística e inteligência da brigada, ressaltando ainda a existência de um Grupo Operativo de Inteligência.

Baseando-se na modularidade do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, que pode ser constituído a partir de uma companhia a até três batalhões, a Brigada de Infantaria Paraquedista, com seus três batalhões de infantaria e um Esquadrão de Cavalaria subordinados, detém em sua organização os meios de combate necessários a constituir uma força expedicionária.

No recente emprego no Complexo da Maré em 2014, a Brigada de Infantaria Paraquedista desdobrou naquela área de operações três batalhões de infantaria, um esquadrão de cavalaria e um grupo de artilharia (atuando em missões típicas de Infantaria, conforme prescreve a doutrina para operações de garantia da lei e da ordem), recebendo como elemento de manobra em reforço apenas um pelotão do 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Da mesma forma, os elementos de apoio ao combate e logísticos que atuaram em proveito da Brigada naquela operação foram os que lhe são orgânicos (SERRÃO, 2014).

Ainda quanto a esse fator, destaca-se a existência da Companhia de Precursores Paraquedistas, uma tropa composta por elementos com alto grau de especialização e aptos a realizar operações especiais em proveito do escalão enquadrante, distinguindo ainda mais essa grande unidade dentro do fator em pauta.

Portanto, no fator organização, a estrutura orgânica da Brigada de Infantaria Paraquedista possibilita que ela componha a força expedicionária dentro da modularidade necessária, havendo, contudo, uma provável dificuldade por parte das organizações militares de valor subunidade que necessitem empregar dois pelotões. Já existem diversos estudos realizados quanto à criação de um Regimento de Cavalaria Paraquedista e um Batalhão de Engenharia Paraquedista, o que, uma vez confirmado, possibilitaria a essa grande unidade constituir em melhores condições uma força expedicionária nos moldes de emprego do Batalhão Brasileiro de Força de Paz no Haiti. Porém, isso não

compromete o fator *organização*, já que a Brigada mesma dispõe das estruturas necessárias a constituir essa tropa expedicionária, fato comprovado pelo recente emprego dessas subunidades nas operações no Complexo da Maré.

3.4.4 Fator adestramento

Além dos fatos já citados no fator *doutrina*, verifica-se, conforme o Manual de Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro, que esse fator envolve também o ciclo de adestramento. Nesse sentido, o alto percentual de efetivo profissional permite que o adestramento da tropa ocorra durante todo o ano de instrução e se complemente ao longo dos anos, à medida que o efetivo profissional permanece incorporado.

A localização dessa grande unidade permite ainda que o fator de adestramento seja melhorado devido aos diversos campos de instrução existentes na região, como por exemplo os campos de instrução de Gericinó, da Marambaia e da Academia Militar das Agulhas Negras. Além disso, existem outras organizações militares próximas, com as quais podem interagir e executar exercícios, como o Centro de Avaliação do Adestramento do Exército (CADEX), Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CECOPAB), Centro de Avaliação do Exército (CAEx) e a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada. Cita-se ainda a proximidade com o Estande Nacional de Tiro, permitindo o adestramento com armamentos individuais e coletivos, e com a sede da Esquadra, do Corpo de Fuzileiros Navais e da 5ª Força Aérea, que permitem ainda o adestramento conjunto. Os intercâmbios com o Batalhão de Operações

Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro e com o Corpo de Bombeiros Militares, especialista em resgates diante de catástrofes naturais, são algumas das outras facilidades possíveis à Brigada de Infantaria Paraquedista para aprimorar seu adestramento.

Inseridos no fator em tela, exercícios de apronto operacional são comuns nessa Brigada e reúnem em poucas horas todo o efetivo de uma força-tarefa valor Batalhão, a despeito das dificuldades inerentes a uma cidade de grande porte como o Rio de Janeiro. Atualmente, graças a esses exercícios de açãoamento e a localização junto à Base Aérea dos Afonsos, a Brigada de Infantaria Paraquedista pode dispor de uma força-tarefa valor batalhão para qualquer parte do território nacional em menos de 24 horas.

Portanto, no fator *adestramento*, a Brigada de Infantaria Paraquedista tem plenas condições de compor a força expedicionária do Exército Brasileiro, sendo provavelmente uma das melhores tropas do Exército, no valor de grande unidade, a reunir tantas condições vantajosas que lhe permitem realizar seus adestramentos em qualquer época do ano e sem se afastar da sede.

3.4.5 Fator material

A Brigada de Infantaria Paraquedista, por ser uma tropa estratégica para o Exército, sempre teve sua dotação de material priorizada, possuindo novos armamentos letais e não letais, equipamentos de comunicações e viaturas, além de dotações completas de diversas classes de suprimento.

Contudo, dentro desse fator, uma das maiores deficiências da Brigada para constituir uma força expedicionária é a falta de

viaturas blindadas. Embora as principais tropas paraquedistas no mundo, como as francesas e alemãs, já contem com viaturas blindadas (SASSONE, 2014), o Exército ainda não efetivou essa adoção. Observa-se ainda que, assim como se deu o emprego da 82^a Divisão Aeroterrestre americana no Iraque em 2003, as operações desse tipo de tropa atualmente possuem grande parte dos seus meios desdobrados por aerotransporte e não entregues no terreno por lançamento aeroterrestre (EUA, 2015). Ressalta-se que a nova viatura blindada Guarani será capaz de ser transportada pela futura aeronave KC-390, já em testes pela Força Aérea.

Existem ainda outras deficiências de material, como os meios de apoio à mobilidade e contramobilidade, de purificação da água, entre outros. Porém, essas deficiências são mais fáceis de ser supridas, bastando sua aquisição ou transferência desse material, já que a habilitação de pessoal a operar esses equipamentos não é tão complexa quanto a formação de guarnições de viaturas blindadas; além disso, a 1^a Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista já possui militares habilitados a tal missão. Porém, desse fato ratifica-se a importância do estudo em torno de um Batalhão de Engenharia de Combate Paraquedista.

Outro quesito fundamental é o apoio de fogo. Embora o caráter de empregar tropas brasileiras no exterior não se volte a operações ofensivas, o apoio de fogo prestado por obuseiros 155mm aumentaria consideravelmente o caráter dissuasório e a efetividade de uma força expedicionária, a qual deve estar apta a cumprir qualquer das missões dentro do conceito do amplo espectro,

inclusive operações ofensivas e defensivas. Portanto, é fundamental também um estudo para dotar o 8º Grupo de Artilharia de Campanha com obuseiros de calibre 155mm, considerando-se, da mesma forma, que a entrega desse material na área de operações se dará por aerotransporte e que, não obstante, já existem materiais de calibre 155mm que podem ser lançados de aeronave por paraquedas de carga.

Quanto ao material de guerra eletrônica, o presente estudo considera não ser uma necessidade fundamental para a Brigada, por se tratar se um material específico, com operadores altamente capacitados, que é empregado a partir de determinação do Comando de Operações Terrestres (COTER) e cujo apoio será prestado diretamente ao comando dessa grande unidade.

Quanto ao material e equipamentos de saúde, além obviamente de elementos especializados, como médicos e enfermeiros, a Brigada não possui condições de mobiliar um posto de atendimento avançado sem ser reforçada por uma organização militar de saúde, constituindo-se numa necessidade logística.

Portanto, quanto ao fator *material*, a Brigada de Infantaria Paraquedista reúne razoável aptidão, considerando-se que possui equipamentos novos e viaturas em condições de emprego imediato. Entretanto, a falta de viaturas blindadas e outros meios fundamentais a uma força expedicionária gera a necessidade de estudo de algumas mudanças no quadro de pessoal e material dessa grande unidade, além do investimento em equipamentos voltados ao apoio ao combate e ao apoio logístico, evitando-se demandas

externas à Bda e atrasos no seu desdobramento na área de operações.

3.4.6 Fator educação

Conforme a Doutrina Militar Terrestre, esse fator engloba aspectos subjetivos e deve ser entendido como a aptidão em mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências, para decidir e atuar em situações diversas, ressaltando-se ainda o desenvolvimento da liderança militar. Esse fator não deve ser confundido com adestramento, o qual obedece a ciclos e programas específicos.

No Fator Educação, as peculiaridades da atividade aeroterrestre contribuem, e muito, para a distinção dessa tropa no desenvolvimento de atributos da área afetiva e, principalmente, na liderança das pequenas frações.

Os constantes exercícios de lançamento de tropa e material exigem um alto grau de confiança entre a tropa e os oficiais e sargentos que desempenham as funções de mestre de salto. O processo de equipagem dos paraquedas pelos próprios saltadores e a posterior inspeção pelos oficiais e sargentos habilitados a isso, bem como os comandos de lançamento executados já dentro da aeronave, potencializam a confiança mútua e a liderança dos quadros, já que qualquer erro ou desatenção pode resultar em acidentes letais. Cada paraquedista deve realizar no mínimo um salto enganchado por trimestre, o que garante esse constante adestramento.

Ainda nesse contexto, os cabos e soldados paraquedistas são os próprios responsáveis pelos seus equipamentos, saltam das aeronaves, após o comando, por iniciativa

própria e devem estar aptos a sanar panes que venham a ocorrer com seu paraquedas, potencializando atributos como coragem, rapidez de raciocínio e autoconfiança. Verifica-se assim que essa atividade vai além do fator *adestramento*, pois não se limita ao ganho cognitivo e de atuação das frações, mas estimula sobremaneira atributos da área afetiva dos quadros e da tropa.

Observando-se ainda que é muito pouco provável um lançamento aeroterrestre dentro de uma missão expedicionária, ratifica-se que essa atividade não está relacionada ao fator *adestramento*, já que não será utilizada na área de operações em questão, mas sim ao fator *educação*, como um processo não formal que irá aprimorar o desempenho dos militares dentro de uma operação que envolve risco de vida e estimulará ainda mais a liderança dos oficiais e sargentos perante seus comandados.

Portanto, no fator *educação*, graças às peculiaridades das suas atividades relacionadas ao lançamento aeroterrestre, a Brigada de Infantaria Paraquedista se distingue e reúne ótimas condições.

3.4.7 Fator pessoal

Conforme a Doutrina Militar Terrestre, esse fator está relacionado ao preenchimento de cargos, higidez física e valorização profissional e moral, quesitos pelos quais a tropa paraquedista já é reconhecida na Força. O preenchimento de seus claros de pessoal ocorre mediante classificação por proposta, nas movimentações realizadas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP), o que permite não apenas ter seus quadros completos, como selecionados adequadamente.

Considerando-se ainda que os militares do efetivo variável não têm condições de integrar uma força expedicionária e só poderiam ser utilizados nas missões de manutenção da sede da Brigada de Infantaria Paraquedista, conclui-se que os mesmos somente estarão disponíveis durante determinado período do ano, entre o término do período de instrução individual básico, normalmente encerrado no mês de maio, e o período de desincorporação, iniciado no mês de janeiro. É em relação a esse fator que diversas brigadas do Exército Brasileiro têm grande dificuldade em mobiliar uma força expedicionária, já que, em muitas organizações militares operacionais, o efetivo de cabos e soldados do efetivo variável chega a até 70% do total desse universo.

A Brigada de Infantaria Paraquedista possui aproximadamente 5.200 militares no total, sendo apenas aproximadamente 1.000 do efetivo variável. Baseando-se no mesmo conceito dos grupamentos operativos de fuzileiros navais, o efetivo a ser empregado pela Brigada como força expedicionária será mediante a mobilização de até três batalhões de infantaria paraquedista e os apoios necessários, com efetivo de até 2.200 homens. Cada batalhão de infantaria paraquedista tem entre 700 e 740 militares, possuindo uma média de apenas 120 recrutas cada (SERRÃO, 2014).

Considerando-se o efetivo do componente terrestre da Immediate Response Force, 1.500 homens, e do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, 800 a 2.200 militares, infere-se que, para compor uma força expedicionária, a Brigada de Infantaria Paraquedista deve ter condições de em-

pregar um efetivo próprio de aproximadamente 2.000 militares, deixando ainda um grande efetivo profissional na sua sede, a fim de manter as atividades de serviço, manutenção, administração, instrução, cursos e outras durante qualquer época do ano.

E essa possibilidade foi testada durante as recentes operações que a Brigada realizou no Complexo da Maré ao longo de dois meses em 2014. Nesse período, 1.440 militares, todos do efetivo profissional, foram empregados naquela operação, sem haver nenhuma substituição e mantendo-se todas as demais atividades administrativas e de rotina dessa grande unidade em sua sede, comprovando que ela pode permanecer em território estrangeiro com o mesmo efetivo do Componente Terrestre da IRF até ser substituída adequadamente por outro contingente militar.

Portanto, verifica-se que a Brigada de Infantaria Paraquedista atinge o fator *pessoal* em boas condições para compor a missão expedicionária com seu próprio efetivo profissional.

3.4.8 Fator *infraestrutura*

Esse fator trata das instalações físicas, equipamentos e serviços necessários à preparação e emprego da tropa. Além dos conceitos citados no fator *adestramento*, que lhe possibilita utilizar instalações de outras organizações militares, forças armadas e até mesmo de outros órgãos, a localização da Brigada de Infantaria Paraquedista no município do Rio de Janeiro auxilia sobremaneira nesse fator.

A existência de dois aeroportos no município, Tom Jobim e Santos Dumont, a

Base Aérea dos Afonsos em sua própria vizinhança, os portos do Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos, este último no Estado de São Paulo, permitem uma grande facilidade, não apenas no deslocamento da Brigada de Infantaria Paraquedista para a área de operações, mas na manutenção do fluxo logístico entre a sede e o local de emprego.

Além disso, o grande parque industrial da Região Sudeste e a melhor infraestrutura de comércio do país se localizam entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, facilitando uma rápida aquisição e distribuição do material que se faça necessário, inclusive por meio da Base Logística do Exército, próxima da Brigada de Infantaria Paraquedista.

Portanto, a Brigada de Infantaria Paraquedista reúne, em condições excelentes, o fator *infraestrutura* para ser empregada como força expedicionária.

4 Conclusão

É imperativo que o Exército Brasileiro tenha uma força expedicionária capaz de atuar fora do território nacional em um curto espaço de tempo, empregada de forma conjunta com a Marinha do Brasil e a Força Aérea, seja qual for a missão designada.

Conforme se verificou na pesquisa realizada sobre o Corpo de Fuzileiros Navais, a Força Conjunta de Reação Imediata da França e a Força de Resposta da OTAN, a tropa expedicionária que será empregada inicialmente possui em comum características como efetivo totalmente profissional, valor de uma grande unidade, com elementos próprios de combate, apoio ao combate e

logísticos, constituição predefinida, adestramento integrado e capacidade de cumprir missões humanitárias e em operações no amplo espectro.

Verificaram-se ainda nesse estudo os problemas logísticos e de pessoal enfrentados pelos primeiros contingentes dos batalhões de força de paz do Brasil enviados em 2004 e 2010, justamente sobre o fato de se mobilizar uma tropa com efetivo e material de diferentes comandos militares de área para compor um batalhão.

Do estudo, inferiu-se que a tropa a constituir uma força expedicionária é de valor brigada, mesmo que determinada missão exija um efetivo menor, mas que será mobiliado dentro da modularidade e necessidade da missão e utilizando seus próprios elementos, o que permite um adestramento prévio.

Ainda da análise dos sete fatores elencados pela Doutrina Militar Terrestre para determinar a capacidade de uma tropa para cumprir determinada missão, a Brigada de Infantaria Paraquedista atinge seis deles em excelentes condições. Observa-se, ainda que de forma empírica, mas, devido às peculiaridades inerentes apresentadas nesse estudo, que provavelmente apenas essa grande unidade no Exército Brasileiro reúne as seis capacidades

necessárias, nos níveis adequados.

Quanto ao fator *material*, observa-se que a Brigada de Infantaria Paraquedista é bem-dotada com o que prevê seu quadro de dotação e está apta a ser empregada imediatamente, mediante alguns reforços específicos. Dessa forma, o estudo para a adoção de viaturas blindadas, bem como de alguns outros armamentos, como obuseiros 155mm, e equipamentos essenciais aos trabalhos de engenharia e logísticos, demandam a necessidade de algumas mudanças nos quadros de pessoal e material da Bda, a fim de acelerar seu rápido desdobramento, permitir o adestramento prévio à missão e potencializar sua capacidade de emprego expedicionário.

Portanto, conclui-se que o Exército Brasileiro dispõe, desde já, de uma tropa capaz de constituir sua força expedicionária, demonstrando sua capacidade dissuasória e de projeção de poder, conforme prescreve a Estratégia Nacional de Defesa. Essa grande unidade será capaz de se desdobrar em território estrangeiro para cumprir missões no amplo espectro, num curto prazo de tempo, com seus próprios meios e pessoal, recebendo um mínimo de apoio externo a ela, e ali permanecendo até ser substituída por outro contingente militar ou cessarem os motivos da sua missão. ☺

Referências

- DIAS, Luis Henrique Reis. **Responsabilidade, Segurança e Identidade, a Política Externa Brasileira**. Tese de Mestrado do Instituto de Relações Internacionais da PUC Rio. Editora PUC/RJ. 2014.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**, 3^a Ed. Brasília: Ed MD 2012.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.102. Doutrina Militar Terrestre**. 1^a Ed. Brasília: EGGCF 2014a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.103. Operações**. 4^a Ed. Brasília: EGGCF 2014b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Histórico Haiti**. Disponível em <www.eb.mil.br/web/haiti/historico>. Acessado em 20/08/15, às 20:12h. 2015a.

OTAN. North Atlantic Treaty Organization. **NATO Response Force**. Disponível em <www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49755.htm>. Acessado em 14/07/15, às 19:30h. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 51-M-04. Doutrina Militar de Defesa**. 2^a Ed. Brasília: Ministério da Defesa 2007a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.202. Força Terrestre Componente**. 1^a Ed. Brasília: EGGCF 2014c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD34-M-02. Manual de Operações de Paz**, 2^a Ed. Brasília: EGGCF 2007b.

SASSONE, Mario Eduardo Moura Sassone. **Organização do Setor de Defesa da França e do Exército Francês**. Apresentação em Power Point realizada por Mario Sassone, em 13/05/2014, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2014.

REIS, Eduardo Rollsing dos. Depoimento, Nov 2014. Entrevistador: COSTA, G. M. M. ECEME 2014. Entrevista concedida à pesquisa: **A Capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista em constituir a Força Expedicionária do Exército Brasileiro**.

ALBUQUERQUE, Leriche. Depoimento, Out 2014. Entrevistador: COSTA, G. M. M. ECEME 2014. Entrevista concedida à pesquisa: **A Capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista em constituir a Força Expedicionária do Exército Brasileiro**.

DIAS, Marcelo. **Força de Fuzileiros da Esquadra. As possibilidades e limitações da FFE relacionadas com as operações anfíbias e as operações terrestres de caráter naval**. Apresentação em Power Point realizada por Marcelo Dias, em 08/06/2014, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. **Revista Ancoras e Fuzis, Corpo de Fuzileiros Navais**. Ano XII, Nr 44 Ed CDDCFN, 2013a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. **Revista O Anfíbio, Revista do Corpo de Fuzileiros Navais**. Ano XXXI, Ed CDDCFN 2013b.

FRANÇA, 2013. Ministère de la Defense. **Livre Blanc sur la Défense et la Sécurité Nationale**. Disponível em <www.defense.gouv.fr/actualites/memoire-et-culture/livre-blanc-2013>. Acessado em 31/08/2015, às 23:00h. 2013.

CARVALHO, Fabiano Lima de. **A Força de Resposta da OTAN** Apresentação em Power Point realizada por Fabiano Lima de Carvalho, em 14/05/2014, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brigada de Infantaria Paraquedista**. Disponível em <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/>>. Acessado em 20/08/15, às 20:12h. 2015b.

SERRÃO, Alan de Almeida. Depoimento, Out 2014. Entrevistador: COSTA, G. M. M. ECEME 2014. Entrevista concedida à pesquisa: **A Capacidade da Brigada de Infantaria Paraquedista em constituir a Força Expedicionária do Exército Brasileiro.**

EUA, Estados Unidos da América. Secretary of Defense. Army. Fort Bragg. **History of the 82th Airnorne Division.** Disponível em <www.bragg.army.mil/82nd/Pages/History.aspx> Acessado em 31/08/15, às 23:30h. 2015.

NR: A adequação das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.